

Novo modelo de educação em debate

» NOELLE OLIVEIRA

Após colher opiniões de técnicos, professores, estudantes e pais em todas as 14 regionais de Ensino do Distrito Federal, a Secretaria de Educação apresentará na próxima quarta-feira a minuta do projeto de lei que será encaminhado à Câmara Legislativa para mudar as regras da Gestão Democrática no setor educacional do DF. A intenção é alterar a lei que hoje determina a chamada Gestão Compartilhada. Entre as mudanças que devem ser estabelecidas está a eleição direta dos diretores das escolas, o fortalecimento dos conselhos escolares e a criação de conselhos regionais de educação e de um Fórum Distrital. As propostas foram desenvolvidas a partir de ideias apresentadas pela comunidade e representantes da categoria escolar e devem passar a valer a partir do segundo semestre deste ano.

Atualmente, a eleição dos diretores das escolas da rede pública de ensino passa por três etapas. A primeira delas é um concurso nos quais os interessados devem ser aprovados. Depois, o docente é submetido a uma audiência na comunidade, para só então ocorrer a eleição. A intenção da nova lei é inverter a ordem do processo. Primeiro ocorrerá a eleição do diretor para que, então, os escolhidos façam um curso de especialização — que contemplará as áreas pedagógica, administrativa, política e cultural.

O objetivo é extinguir os testes prévios. "Também queremos definir uma faixa etária para que os estudantes possam participar da escolha e avaliar se é possível o voto paritário entre a comunidade e o quadro de servidores da educação. As eleições devem ocorrer a cada três anos", explicou o chefe de gabinete da Secretaria de Educação, Adilson Cesar de Araújo. Segundo dados da pasta, nas últimas eleições, realizadas em 2007, apenas 10% da comunidade escolar participaram do processo de escolha dos gestores.

Ainda de acordo com a secretaria, cerca de 5 mil pessoas foram ouvidas, até a última quarta feira, nas plenárias da gestão democrática. Ontem, outros 300 participantes se reuniram em Planaltina para discutir o assunto. Na próxima semana é a vez da regional de Sobradinho ser ouvida, na terça-feira, encerrando o processo.

Entre as ideias está a proposta para que os conselhos regionais de educação passem a ser os responsáveis por constituir um es-

Fotos: Pedro Ladeira/Esp. CB/D.A Press



A reunião de ontem na Diretoria de Ensino de Planaltina: após aprovadas, novas regras devem valer a partir do segundo semestre deste ano

paço para monitorar o que é desenvolvido em cada regional de ensino. Já a função do Fórum Distrital será a de criar um espaço público que avalie as políticas propostas pela secretaria. "Hoje, a proposta educacional está muito restrita às escolas, é preciso ampliá-la para as regionais e para própria secretaria. Não queremos só a colaboração da sociedade, mas a sua participação com voz ativa", afirmou Adilson.

Repercussão

A discussão é elogiada pela vice-diretora do Centro Educacional 1 de Planaltina, Nedma Guimarães, que apoia a maior participação da sociedade no dia a dia escolar. "Muitos conselhos escolares, hoje, servem apenas para assinar papéis e não têm um efeito participativo. A maioria dos pais, por sua vez, reclama da escola, mas poucos são aqueles que vêm aqui sugerir melhorias", afirma. A diretora discorda, no entanto, da proposta de extinção do teste prévio para eleição dos diretores. "Acho que é uma maneira de avaliar a bagagem daquele que se propõe a atuar como gestor e deveria ser mantido", afirmou.

Já para a professora da rede pública Cordelha Marques, a eleição sem concurso aumenta as possibilidades para que todos os interessados se candidatem e



"Falta incentivo para que tudo seja melhor, eles têm que conscientizar pais e alunos. Esse pode ser o primeiro passo"

Pedro Vinícius,
13 anos, aluno da 7ª série

"A sociedade tem que escolher o representante. É votando que elegemos nossos governantes. Na escola também tem de ser assim"

Reginaldo Santana,
presidente da Associação de Pais e Mestres (APM) de Planaltina



"Já passei pelos cargos de direção e acho que todo profissional deveria ter essa experiência. Muitas vezes os comandos são criticados, mas as pessoas não sabem como é difícil tocar esse trabalho"

Cordelha Marques,
professora da rede pública

Gestores, professores, pais e alunos definirão o projeto de lei com mudanças na eleição direta para diretores e nos conselhos escolares

» O que vem por aí

Canais previstos para o processo de democratização de ensino no DF

- » Eleição direta das direções e dos conselhos escolares;
- » Criação e revitalização dos seguintes colegiados, como forma de controle social das políticas educacionais:
- » Conselhos Regionais de Educação;
- » Fórum Distrital de Educação;
- » Fórum de Formação dos Profissionais da Educação;
- » Conselho do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb);
- » Conselho de Alimentação;
- » Conselho de Educação do DF.

Fonte: GDF

» Entenda o caso

Novas regras

Em vigor desde 2007, a Lei nº 4.036, denominada Gestão Compartilhada, é o modelo atual de gerenciamento das escolas da rede pública do Distrito Federal. Nesse sistema, as equipes dirigentes das instituições educacionais, compostas por diretor e vice-diretor, são escolhidas com base em critérios técnicos e com a participação da comunidade escolar por meio de eleições. Os candidatos passam por uma avaliação, análise de títulos e têm de elaborar um plano de trabalho, submetido à aprovação da comunidade escolar.

Atentos à plenária na manhã de ontem, alguns estudantes do Centro de Ensino Fundamental 1 de Planaltina ficaram animados com as possíveis mudanças. "Tem gente aqui que nem sabe que existe um conselho escolar, muito menos para que ele serve. O governo pode mudar a lei, mas também tem que explicar melhor para os estudantes, até para que a gente consiga participar de tudo isso", avaliou a aluna do 2º ano do ensino médio Érica Danayella, 15 anos. "Falta incentivo para que tudo seja melhor, eles têm que conscientizar pais e alunos. Esse pode ser o primeiro passo", concluiu Pedro Vinícius, 13, aluno da 7ª série.

No entanto, os deputados distritais aprovaram, em dezembro de 2010, uma emenda apresentada pela bancada do Partido dos Trabalhadores (PT) que suspende os efeitos dessa lei, conforme reivindicação do Sindicato dos Professores do DF (Sinpro). Cabe ao governador Agnelo Queiroz (PT) encaminhar à Câmara Legislativa uma nova proposta sobre as regras, as quais devem ser utilizadas ainda esse ano para a escolha dos novos gestores das escolas do DF. (NO)